

## ADMINISTRAÇÃO, MEIO AMBIENTE E A QUALIDADE DE VIDA: AS REDES URBANAS E A GOVERNANÇA PÚBLICA

Valdir Gomes (UEM)

### RESUMO

O artigo tem por objetivo contribuir para as discussões que envolvem as análises das principais variáveis intervenientes no processo originário da qualidade de vida nos espaços urbanos. A formação, o planejamento, o desenvolvimento e a manutenção das aglomerações urbanas decorrem de decisões e ações humanas inseridas, a um só tempo, nas dimensões macro e micro. Portanto, essa contribuição considera relevantes as conceituações de gestão ambiental, de governança pública e das configurações das redes urbanas na dimensão do macro ambiente.

**Palavras-chave:** Administração. Meio ambiente. Governança pública. Redes urbanas.

### 1 INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade é a perspectiva de abordagem do presente trabalho na análise da qualidade de vida das pessoas nas aglomerações urbanas, cidades e metrópoles como decorrência da gestão ambiental e suas interfaces com as redes urbanas e a governança pública.

Na atualidade, apesar da existência de descompassos regionais, se verifica a predominância da população urbana na maioria dos municípios brasileiros. Esse processo intenso de urbanização da população provoca a necessidade das pessoas pensarem acerca das condições de vida no espaço onde habitam que Corrêa (2002, p. 9) caracteriza como espaço urbano e que o mesmo “é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais”.

Assim, surge a necessidade de um efetivo planejamento urbano em relação ao saneamento, água potável, habitação, energia elétrica, transporte, educação, e lazer, incluindo em cada uma dessas variáveis a necessária consideração dos aspectos relativos ao meio ambiente, pois dessa efetividade decorre a saúde e qualidade de vida das pessoas.

Nesse sentido, é possível verificar que a qualidade de vida e a saúde derivam das relações entre os processos biológicos, ecológicos, culturais e socioeconômicos que acontecem em determinada comunidade.

Portanto, para o objetivo do trabalho torna-se necessária a conceituação dos temas: gestão ambiental, governança pública e redes urbanas, para então, processar a análise do seu interrelacionamento e da sua interdependência, bem como, a resultante desse processo, visto como um produto social, no se refere à qualidade de vida das pessoas.

## **2 DAS CONCEITUAÇÕES DE GESTÃO AMBIENTAL, GOVERNANÇA PÚBLICA E REDES URBANAS.**

Inicialmente é fundamental evidenciar os conceitos de cada um dos temas no seu sentido exato e, por assim dizer, independente e puro, para então, em um segundo momento, compreender as variações e ampliações decorrentes da sua aplicação em função da interferência e influências parciais ou hegemônicas que decorrem do poder, da economia e das grandes organizações.

### **2.1 GESTÃO AMBIENTAL**

Por si só, as questões ambientais já requerem uma abordagem complexa. Segundo Leff (2001, p.15), “o princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade”. Complementando, ainda, o autor pondera:

A visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando a falsa idéia de progresso da civilização moderna. Desta forma, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção (LEFF, 2001, p. 15).

Para facilitar o entendimento conceitual de gestão ambiental é necessário portanto, mesmo que de forma simplista, evidenciar o conceito de meio ambiente.

O vocábulo ambiente tem sua origem no latim sendo que o prefixo ambi dá a idéia de “ao redor de” ou de “ambos os lados”. Assim, de acordo com Barbieri (2007, p.5), “por meio ambiente se entende o ambiente natural e o artificial, isto é, o ambiente físico e biológico originais e o que foi alterado, destruído e construído pelos humanos, como as áreas urbanas, industriais e rurais”.

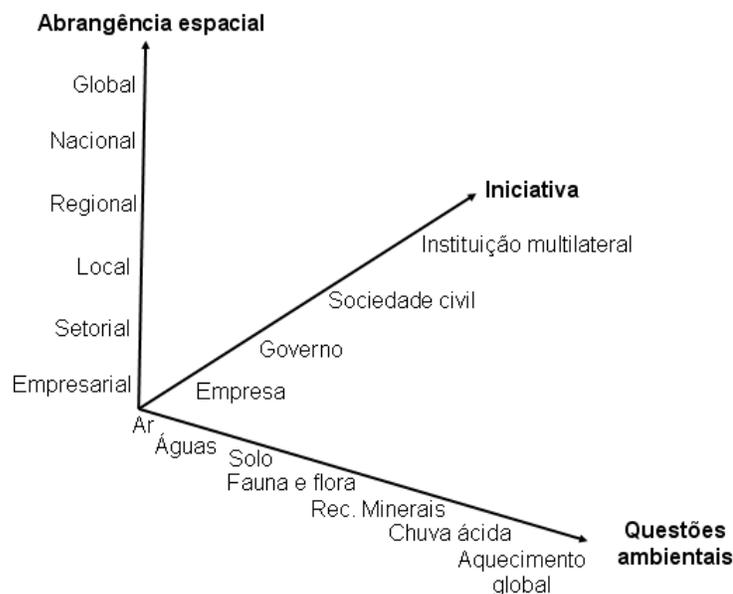
Por outro lado, a compreensão do termo gestão tomado como sinônimo de administração pode ser entendido como as diretrizes e atividades operacionais, tais como, planejamento, direção, organização, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre alguma coisa.

Portanto, gestão ambiental, não visão de Barbieri (2007 p.25), é o exercício desse processo “com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quer evitando que eles surjam”.

Ressalte-se que a gestão ambiental pode ser aplicada a uma grande variedade de situações ou iniciativas em relação qualquer tipo de problema ambiental. Para Barbieri (2007), as abordagens de gestão ambiental devem incluir no mínimo três dimensões:

- (1) a dimensão espacial que concerne à área na qual se espera que as gestões tenham eficácia;
- (2) a dimensão temática que delimita as questões ambientais às quais as ações se destinam;
- (3) a dimensão institucional relativa aos agentes que tomaram as iniciativas de gestão. (BARBIERI, 2007, p.27)

Essas dimensões podem ser equacionadas conforme ilustrado na figura 1.



**Figura 1: Dimensões da Gestão Ambiental**

Fonte: Barbieri (2007, p. 27)

## 2.2 GOVERNANÇA PÚBLICA

Na perspectiva de um conceito amplo, governança pode ser entendida como as atividades da gestão com o objetivo de implementar políticas de desenvolvimento, sendo que a sua eficiência está ligada a sua capacidade de legitimar a elaboração e operação dessas políticas. Contudo, pode-se adotar uma delimitação temática do conceito e que no caso da presente abordagem pode empregar a expressão de governança pública.

Na verdade, na esfera pública as pessoas demandam, com direito inalienável, uma infraestrutura urbana mínima que ofereça a possibilidade de uma vida digna e cidadã que não o coloque nas estatísticas dos excluídos. Esse fato traz como consequência a responsabilidade do poder público em planejar o desenvolvimento urbano em consonância com, no mínimo, essas demandas e anseios sendo pertinente, reafirmar a necessidade da efetividade do planejamento urbano integrado em relação ao saneamento, água potável, habitação, energia elétrica, transporte, educação, lazer e saúde.

Nessa relação, demanda *versus* atendimento, surge duas questões fundamentais. Por um lado, o grau de eficiência do poder público na busca ao atendimento dessas demandas e de outro, o grau de satisfação da população com o serviço prestado.

Também é possível olhar a relação poder público e sociedade sob o enfoque integrativo sistêmico. Nesse caso, considerando as ações conjuntas que as partes envolvidas estão desenvolvendo para equacionar e conduzir a dicotomia demanda *versus* atendimento.

Para facilitar a compreensão dessas questões na esfera pública, tomou-se como base o que normalmente ocorre em iguais questões no setor privado. Nesse caso, o estabelecimento de possíveis encaminhamentos para essas indagações os dirigentes das organizações privadas se apóiam na teoria da agência, isto é, observam e buscam compreender todos os aspectos internos e externos envolvidos. Em resumo buscam atender aos clientes procurando cada vez mais compreender o que é “*valor para o cliente*” para nortear as suas estratégias, táticas e decisões.

De maneira similar a gestão pública deveria utilizar o conceito de “valor público” para estabelecer estratégias, táticas e ações que visem o atendimento das demandas da população por serviços públicos.

A expressão “*valor público*” de acordo com (MOORE, 1995) pode ser descrita como as percepções generalizadas pelo público com relação à função e aos serviços prestados por qualquer entidade pública.

Em contraponto às expectativas e percepções das pessoas, torna-se necessário a geração de valor público e esse processo requer competência para discernir quais ações são capazes de agregar valor ao interesse público. O desenvolvimento desse processo tem se mostrado como um desafio aos governos e às entidades que tem como mandato servir à sociedade.

Também, se observa que cada vez mais a administração pública será avaliada por resultados alcançados isto é, alcançar objetivos que signifiquem respostas às necessidades ou demandas da sociedade. Contudo, essas necessidades ou demandas sociais deverão conter três características fundamentais: *possuir legitimidade; significar uma propriedade coletiva; e ser geradora de mudanças sociais.*

Nesse sentido, a administração pública tem responsabilidade na construção da legitimidade das ações inerentes à gestão pública. Essa responsabilidade decorre da criação de mecanismos de controle social com o objetivo de gerar benefícios para a sociedade. Nesta direção, é importante observar as considerações de Fontes Filho:

A legitimidade das organizações não é, contudo objeto da teoria da agência, no que representa uma significativa lacuna para sua utilização em organizações não mercantilistas. Essas organizações, e principalmente seus gestores, necessitam fortemente conquistar legitimidade perante seus pares, patrocinadores e outras organizações, uma vez que dificilmente poderiam ser avaliados por outras variáveis. Nesse sentido, outra teoria pode contribuir para a construção de modelos mais efetivos para essas organizações: a teoria institucional (FONTES FILHO, 2003, P.11).

Na verdade é necessário observar as particularidades e especificidades que envolvem o relacionamento entre os gestores públicos e a comunidade. Essas características diferenciadas possuem alta interface com a teoria institucional sobre a qual Fontes Filho (2003, p. 11) observa que tal teoria “... considera que os atores agem segundo padrões socialmente construídos e compartilhados, e que os mecanismos institucionais – coercitivos, normativos e miméticos – conformam seu comportamento”. Complementa esse mesmo autor:

O ponto central da perspectiva institucional baseia-se na busca da legitimidade pela organização, seja de forma explícita e intencional, seja através de adaptações passivas ou pouco evidentes. O processo tipicamente utilizado pelas organizações em busca da legitimidade é o isoformismo, conceito que descreve o mecanismo pelo qual organizações são estimuladas, por razões diversas, a se tornarem semelhante, em estruturas, processos e crenças, a outras organizações que compartilham contextos ambientais similares, definidos como ambientes organizacionais (FONTES FILHO, 2003, p.11).

Outro aspecto fundamental na criação de valor público é a implantação de instrumentos de controle que permitam a responsabilização dos gestores pelos resultados alcançados. Essa responsabilização funcionará, no médio e longo prazo, como elemento facilitador ou impulsionador do redirecionamento da gestão pública para o alcance dos resultados desejados pela sociedade e não meramente cumprir procedimentos estabelecidos.

### 2.3 REDES URBANAS

Transparece apropriada, antecipar uma breve consideração sobre a construção e o que representa o espaço habitado pelas pessoas que segundo Santos (2008) pode assim ser entendido:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 1999, p. 51).

Essa trajetória histórica de substituição dos objetos naturais por objetos fabricados está, efetivamente, presente na construção e evolução das cidades sendo importante destacar que de uma forma interativa entre os dois sistemas. Essa interatividade está assim descrita por Santos (2008, p.63): “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma”.

Portanto, não há como dissociar a trajetória histórica das cidades desse processo dinâmico, contudo, há que se registrar a originalidade do processo criativo e evolutivo de cada uma delas isoladamente considerada. Isto é, podem ter sido iniciadas em uma mesma época, por um mesmo grupo étnico, estarem em uma mesma região, mas, com o passar do tempo serão distintas e ímpares quanto à sua estrutura, vocação, cultura, importância no contexto sócio econômico e político, dentre outros fatores.

Mesmo na dimensão da gestão das cidades, visto que perfeitamente aplicável, cabe mencionar o pensamento de Corrêa (1992, p. 115) a respeito da gestão do território. Para esse autor a gestão do território possui “uma historicidade que se traduz em agentes sociais e práticas espaciais distintas, historicamente variáveis”. De qualquer modo, independentemente dessas variabilidades todos os agentes sociais estarão inseridos nas redes urbanas, porém, em razão das distinções mencionadas influenciarão as redes e serão influenciados pelas mesmas, também de forma diferenciada, nas dimensões social, política, econômica, jurídica e cultural.

Mas, e o que é uma rede urbana? Assemelha-se ao conceito conforme o senso comum, isto é, vários elementos encadeados ou entrelaçados formando uma espécie de malha. Ela não é simplesmente a materialidade vívida que permeia a nossa mente e nossos sentidos.

Na dimensão do presente estudo, cumpre mencionar Corrêa (2004, p.37) que defende que “a rede urbana é uma forma espacial, isto é, uma expressão fenomênica particular de processos sociais que se realizam em um amplo território envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades”. Ainda segundo Corrêa (2004), essas formas espaciais podem ser categorizadas em matizes que permeiam do simples ao complexo e evidencia o seguinte conceito:

As redes urbanas com formas complexas são aquelas caracterizadas pela existência, na hinterlândia de uma cidade regional importante, de diversos padrões locais de centros urbanos – confluência de rios, contato entre áreas de produção diferentes, localização portuária, junto a minas e fontes termais, em uma ampla fértil e densa planície, em torno de um centro industrial antigo, originando,

através do mecanismo de economias de aglomeração, uma concentração urbano-industrial, etc. (CORRÊA, 2007, p.38).

Ainda, nessa dimensão da abordagem baseada na complexidade que efetivamente permeiam as redes urbanas, Santos (1999) assim se expressa a respeito delas:

As definições e conceituações se multiplicam, mas pode-se admitir que se enquadre em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde também é levado em conta o dado social. A primeira atitude leva a uma definição formal, que N. Curien (1988, p. 212) assim retrata: “toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscrevem sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação”.

Mas a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração. Talvez por isso um geógrafo como O. Dollfus propõe (1971, p. 59) que o termo rede seja limitado aos sistemas criados pelo homem, deixando aos sistemas naturais o nome de circuitos. A verdade, porém, é que uns e outros apenas são valorizados pela ação humana. (SANTOS, 1999, pp. 208 e 209).

Os conceitos e definições de rede urbana podem ser expandidos e direcionados em relação ou com base em várias correntes do pensamento e nesse sentido, para o relacionamento pretendido por essa abordagem, é significativo mencionar a relação entre as redes urbanas e os ciclos de exploração. Nessa direção, Corrêa (2007, p. 29) com base no trabalho de Harvey, destaca que se pode afirmar que “a rede urbana é a forma espacial através da qual, no capitalismo, se dão a criação, apropriação e circulação do excedente”, ou seja, se ampliarmos esse conceito, essa forma espacial da rede urbana é que viabiliza a existência dos ciclos de exploração. Então, a sobrevivência ou viabilidade de existência de cada cidade da rede está condicionada à sua participação de alguma maneira e com determinada intensidade nos processos já indicados.

Pode-se observar de forma mais consistente esses ciclos de exploração/acumulação, a partir das observações de Corrêa (2007):

A circulação, ao envolver a criação de novos e ampliados valores excedentes, faz-se necessariamente no âmbito de um amplo território em expansão ou submetido a um processo de intensificação das atividades ali localizadas. Esse território caracteriza-se, por outro lado, por diferencialidades socialmente produzidas ou valorizadas, com recursos naturais, especializações produtivas já estabelecidas, mercados de trabalho e de consumo diferenciados, infra-estrutura etc. que implicam a possibilidade de obtenção de excedentes sociais novos e ampliados, (CORRÊA 2007, p. 29).

Além desses aspectos espaciais e cíclicos, deve-se acrescentar considerações sobre a temporalidade das redes urbanas, destacando as grandes diferenças entre os tempos espaciais dos seus diversos segmentos. De acordo com Corrêa (2007, p. 41), “alguns segmentos incorporam vários momentos da história, enquanto outros podem ser muito recentes, incorporando apenas o presente”. Nesse pormenor, é importante observar que a periodização ocorre espacialmente de maneira desigual. Esses aspectos implicam especificidades nos diversos segmentos de uma rede urbana, conforme é observado por Corrêa (2007):

Essas diferenças refletem os momentos históricos em que cada segmento foi gerado, sua inércia dinâmica ou o modo como manteve continuidade e permanece “vivo” no presente, expressando variáveis que têm significado e pesos específicos dentro da totalidade social. Em outras palavras, em termos espaciais a ação dos

processos gerais não se dá em cada segmento da rede urbana, no mesmo tempo, do mesmo modo, nem com a mesma intensidade. (CORRÊA 2007, p.41).

Também, mesmo que de forma extremamente resumida, é importante citar alguns aspectos acerca das perspectivas de análise da rede de cidades contemporânea. Nessa dimensão de análise, destaca-se a teoria das localidades centrais de Christaller (1966) que hierarquiza os centros urbanos levando em conta a capacidade de distribuição de bens e serviços. Fresca (s/d) destaca a importância dessa teoria enfatizando que a mesma foi base para a realização de importantes pesquisas no Brasil sobre a rede urbana e as regiões de influência das cidades, como por exemplo: A Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (IBGE, 1972); Região de Influência das Cidades (IBGE, 1987); e ainda, uma terceira e uma quarta análises pelo IBGE em 1993 e 2007, respectivamente.

A autora destaca que de acordo com a teoria das localidades centrais “a hierarquia urbana se realiza de modo em que as localidades de mais baixo nível hierárquico distribuem e ofertam apenas bens e serviços de consumo muito freqüente, enquanto as de maior hierarquia, ofertam todos os anteriores e mais alguns para os quais se torna o único ofertador para uma região ou país (FRESCA, s/d, p.2).

Contudo, um olhar mais acurado na trajetória dessas pesquisas e análises, apesar de todas estarem embasadas em Christaller, observa-se uma crescente ampliação e ou refinamento de novos conceitos relacionados ao assunto, incluindo acréscimos feitos por Corrêa (1982), incorporando discussões sobre redes geográficas e a questão dos fluxos e das interações espaciais, assim como, o estudo mais recente do IBGE (2008), que introduziu aspectos das novas tecnologias e as respectivas alterações nas redes técnicas culminando com um conceito ampliado sobre a análise da rede urbana, conforme destaca Fresca (s/d, p. 3):

Assim, na conformação da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas. A gestão – pública e empresarial – mantém relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. As cidades, contudo, matem também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços (FRESCA s/d, p.3).

Em resumo, a análise de uma da rede urbana deve levar em conta elementos capazes de revelar de forma eficaz a sua gênese. Além da gênese, Corrêa (2007, p. 43) evidencia os seguintes pontos principais a serem considerados, destacando a interdependência e inter-relacionamento entre eles: a gênese dos núcleos urbanos, as funções desempenhadas por eles, a dependência a determinados produtos, o sítio urbano, a paisagem urbana, a ampliação do número de centros da rede, o padrão espacial da rede, o papel dos diferentes agentes sociais no processo produtivo e as articulações com os espaços exteriores à rede em questão

### **3. DISCUSSÃO**

Resgatando os temas abordados pelo estudo - (1) qualidade de vida das pessoas; (2) gestão ambiental; (3) governança pública; e (4) redes urbanas - assim como, reiterando a proposta inicial de olharmos a qualidade de vida das pessoas como resultante da interface do processo, isto é, de interatividade, interdependência e eficácia da construção e aplicação dos demais, desembocando, sem quaisquer erros, no campo da complexidade.

Na esfera da governança pública, independentemente do ambiente e regime político em ocorre o seu exercício, não foge à regra da abordagem complexa em função da sua própria gênese. A governança pública está, por assim dizer, no olho de um furacão formado por problemas

sociais, políticos, econômicos, éticos e morais com seus conflitos e antagonismos próprios dos processos originados, construídos e vinculados com a construção e evolução da realidade social.

Não fugindo a essa mesma linha de pensamento e talvez com maior propriedade ainda, encontra-se as redes urbanas como uma construção da ação humana em todas as suas dimensões: histórica, política, econômica, social e cultural. Podendo ser adicionado, nesse caso, as características da dinamicidade e temporalidade que com o avanço das ciências e das novas tecnologias se acentuam chegando, em determinados casos, às raias da exacerbação.

Mesmo que se coloque a qualidade de vida como resultante de gestão ambiental, governança pública e redes urbanas, é importante resgatar que não se trata de algo inerte, sem ação ou reação, permanecendo como simples receptora. Há aqui a presença das pessoas como usuárias da qualidade de vida resultante dos processos anteriores e, portanto, uma massa viva com ambições, necessidades, expectativas, anseios e que, na verdade, são os verdadeiros atores de todo o processo – seja no papel principal ou por meio do sistema representativo.

Em razão dos conceitos evidenciados, observa-se que a teoria da complexidade está presente em todos os temas objeto desse estudo e em especial nas redes urbanas como emergentes de um processo, como já explicitado anteriormente, histórico, político, econômico, social e cultural.

Apesar disso, as redes urbanas exercem importante papel na qualidade de vida das pessoas na justa medida em que se transforma, cresce ou decresce e diversifica sua oferta e produtos de serviços, cujos movimentos não estão dissociados da gestão e, no caso, em especial à temática ambiental, da governança ambiental e das pessoas como atores do processo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo foi estruturado com propósito de levantar elementos para discussão, análise e compreensão das principais variáveis intervenientes no processo originário da qualidade de vida nos espaços urbanos.

Em seu desenvolvimento foram ponderadas algumas contribuições de conceituação de gestão ambiental, de governança pública e das configurações das redes urbanas na dimensão do macro ambiente.

Os elementos teóricos posicionados permitem considerar que a formação, o planejamento, o desenvolvimento e a manutenção das aglomerações urbanas decorrem de decisões e ações humanas inseridas, a um só tempo, nas dimensões macro e micro.

A discussão aqui registrada conduz à fundamental sinalização de que a vida está ligada, de forma indissociável, com a natureza que, por um lado, é a origem de todos os recursos primários e de outro, depositária de todas as nossas sobras.

Contudo, de forma controversa, verifica-se a predominância da racionalidade econômica baseada no mercado e na produção e consumo máximos sobrepujando a racionalidade ambiental baseada na possibilidade da Terra fornecer os recursos primários sem comprometimento da sua resiliência. Com base em Left (2001) é possível afirmar que as estratégias da globalização representam um confronto fatal para o conceito de ambiente já que, segundo esse autor, seria necessária a construção de uma nova realidade produtiva com fundamentos no potencial ecológico, a reinvenção do mundo e a reapropriação da natureza sob a égide da racionalidade ambiental.

## **5 BIBLIOGRAFIA**

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2005
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- FONTES FILHO, Joaquim Rubens. Governança Organizacional Aplicada ao Setor Público. *In: VIII CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA*. Panamá, Oct. 2003, pp. 28-31. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047108.pdf>>. Acesso em 23/06/2009.
- FRESCA, Tânia Maria. **Rede Urbana, Níveis de Centralidade e Produção Industrial: Perspectivas para um debate**. Universidade Estadual de Campinas. 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina – Egal, 2009.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOORE, Mark H. **Criando Valor Público: Gestão Estratégica no Governo**. São Paulo: Letras e Expressões, 1995.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: EDUSP, 2004.